

Audiência na Alba discutiu o PL 4330

Na última sexta-feira (24), os dirigentes do Sinttel Bahia participaram da audiência pública realizada na Assembleia Legislativa da Bahia - Alba com o objetivo de discutir amplamente as consequências do PL 4330, a Lei da Terceirização, que ameaça a liberdade e a organização sindical. Na oportunidade, o Sinttel Bahia foi representado pelos dirigentes sindicais Edla Rios e Gildomar Santana.



A audiência Pública foi convocada pelo deputado estadual e Presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Joseildo Ramos e pela deputada federal Moema Gramacho (ambos são parlamentares do PT). A sessão contou, também, com as presenças de diversas

entidades sindicais, políticos, representantes de movimentos sociais, além de especialistas do campo do trabalho.

Classificado como a "precarização da existência humana" pela deputada Moema Gramacho, o PL 4330 é o instrumento para a perda de garantias e conquistas trabalhistas. "Ele terceiriza a terceirização. Não vamos permitir esse retrocesso. Se o objetivo era valorizar o

terceirizado, bastava estender a ele os direitos dos outros trabalhadores e não terceirizar todo mundo", ressaltou.

Para Joseildo Ramos, a postura adotada pela maioria da Câmara Federal é uma clara tradução do seu posicionamento conservador. "Não vimos, em nenhuma das manifestações organizadas pela direita golpista, a luta contra a terceirização. Porque será?", questionou.

Segundo o coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - MTST, Guilherme Boulos, A resposta para essa movimentação no Congresso Nacional deverá vir das ruas. "Nós vamos enfrentar essa direita truculenta com o povo organizado e os movimentos sociais nas ruas, exigindo a rejeição do PL 4330".

Dia do trabalho será celebrado com muita música e luta

O Dia do Trabalhador será celebrado em grande estilo em Salvador. Uma mega festa promovida pela CUT, CTB, UGT e Nova Central vai reunir lideranças sindicais e políticas, parlamentares, e os protagonistas: os trabalhadores e trabalhadoras, para comemorar esse dia tão importante, especialmente nesse momento em que os direitos trabalhistas correm perigo com o Projeto de Lei 4330/2004.

A celebração será na próxima sexta-feira (1º), no Terreiro de Jesus, no Pelourinho, e já tem confirmadas as participações de Adelmário Coelho e da Banda Baiana System. A principal bandeira da luta este ano é o PL 4330, da terceirização, que retira direitos históricos do trabalhador e da trabalhadora e precariza o trabalho no Brasil. "Faremos uma comemoração com alegria e diversão como toda festa pede, mas, o nosso 1º de maio será informativo. Vamos mostrar aos trabalhadores e trabalhadoras do nosso estado todas as conquistas obtidas e os riscos eminentes", explicou o presidente da CUT na Bahia, Cedro Silva.

SERVIÇO

COMEMORAÇÃO DO DIA DO TRABALHADOR

Quando: 1º de maio, a partir das 13h
Onde: Terreiro de Jesus, Pelourinho

13H ABERTURA

Ato político: Em defesa dos Direitos, da Soberania e Democracia - Contra o PL4330

Atrações musicais: Adelmário Coelho, Sambah Violeta, Baiana System, Fora da Mídia
21h Encerramento

Fonte: CUT Bahia



Você já curtiu a **FANPAGE** do **Sinttel Bahia** no facebook? **Sinttel Bahia**



SINTEL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TELECOMUNICAÇÕES DA BAHIA

EXPEDIENTE



Sede Própria - Salvador - Ba
Rua Bela Vista do Cabral, 247 Nazaré CEP 40 055 000
Tel.: 71 3326 4077 Fax: 71 3036 4481
Email: sinttel.denuncia@gmail.com
www.sinttelba.com.br

Subsede - Vitória da Conquista
Rua Zefelino Corrêa, 65 Ed. Dom Clímério Sala 105, centro CEP 45.000-520
Tel. (77) 3422-7039 Email: sinttelvca@uol.com.br
Subsede - Feira de Santana
Rua: Porto Seguro, 131 Bairro: Jardim Cruzeiro - CEP: 44024-348
Tel.: 75 3614 - 7181 Feira de Santana - Bahia E-mail: sinttel.fsa@gmail.com

Responsabilidade: Diretoria Executiva
Redação: Marcia Ferreira / Paula Magalhães
Editoração Eletrônica: Charle Santana / David B.
Impresso em: 29 de abril 2015 **Tiragem:** 5000

FIQUE SABENDO



PL 4330 NÃO

PL 4330/04

O Sinttel Bahia, em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras telefônicos, reafirma o seu posicionamento veementemente contrário, à terceirização e à precarização do trabalho. Desse modo, repudiamos o Projeto de Lei 4330/04 aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 22 de abril, por 230 votos a favor e 203 contra (veja a lista completa dos deputados baianos que traíram os trabalhadores). O texto segue agora para a apreciação do Senado Federal. Se aprovado pelo Senado, o texto segue para



a sanção da Presidente Dilma Rousseff.

Os trabalhadores, os Sindicatos e o ex-presidente Lula já solicitaram à presidente o veto ao projeto.

O que é o Projeto de Lei 4330/04?

O PL4330/04 trata da terceirização de todas as atividades, sejam elas fim ou meio, desempenhadas por uma determinada empresa, em qualquer ramo de atividade.

Até agora só eram autorizadas a terceirização das atividades-meio, ou seja, as atividades secundárias das empresas. Ex: As operadoras eram proibidas de terceirizar serviços da sua área de atuação. Entretanto, terceirizavam outras atividades, como a manutenção e instalação de linhas, internet e call center, por exemplo.

Com o PL 4330/04 passa a ser autorizada a terceirização também das atividades-fim. Ex: As atividades que atualmente são desempenhadas exclusivamente pelos empregados das operadoras poderão ser realizadas por trabalhadores terceirizados independente de ser atividade-fim.



Sem luta, não há vitórias

No dia 15 de abril fomos às ruas lutar contra o PL 4330 e assim conseguimos que mais de noventa deputados revissem os seus posicionamentos e votassem contrários ao projeto.

Agora lutaremos para que ele seja REJEITADO pelo Senado e para isso pressionaremos os senadores para que votem a favor da classe trabalhadora.

O Sinttel se reunirá com os senadores baianos, Lídice da Mata, Walter Pinheiro e Otto Alencar, com o objetivo de somarmos forças para garantir



que os direitos dos trabalhadores serão preservados com o arquivamento desse projeto nefasto.

Juntos Somos Mais Fortes!



Porque o PL 4330/04 é ruim para os trabalhadores?

O PL 4330 é ruim porque representa a perda de uma série de direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora.

Veja abaixo porque devemos nos preocupar com esse projeto:

Empresas sem empregados – o projeto autoriza a contratação de serviços terceirizados desde que a empresa seja “especializada”. Assim, acaba por permitir que as empresas terceirizem até suas atividades-fim, o que hoje é proibido pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST.

Salários e benefícios cortados – o salário dos trabalhadores terceirizados é 24% menor do que o dos empregados formais, de acordo

com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Em nossa base, por exemplo, um operador de linha recebia em torno de três salários mínimos mais benefícios econômicos e sociais. Após a privatização e, consequentemente, com a terceirização, esse mesmo operador recebe hoje um salário mínimo e benefícios irrisórios.

Risco de acidentes vai aumentar mais ainda – os terceirizados são os que mais sofrem acidentes. De cada dez acidentes de trabalho, oito envolvem funcionários de empresas terceiras, consequência das péssimas condições de trabalho e da sobrecarga laboral.

Isso sem falar dos altos índices de doenças ocupacionais geradas por essa sobrecarga. O setor de call center, por exemplo, é um dos grandes ofensores em número de encaminhamentos de doentes ocupacionais para o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Negociação com o patrão ficará mais difícil - Terceirizados que trabalham em um mesmo local têm patrões diferentes e são representados por sindicatos de setores distintos. Essa divisão afeta a capacidade de pressão por melhores benefícios. Isolados, terão mais dificuldades de negociar de forma conjunta ou de fazer ações como greves.

Preconceito no trabalho pode crescer - A maior ocorrência de denúncias de discriminação está em setores onde há

mais terceirizados, como os de limpeza e vigilância, segundo relatório da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Com refeitórios, vestiários e uniformes que os diferenciam, incentiva-se a percepção discriminatória de que são trabalhadores de “segunda classe”.

Casos de trabalho escravo vão se multiplicar - A mão de obra terceirizada é usada para tentar fugir das responsabilidades trabalhistas. Entre 2010 e 2014, cerca de 90% dos trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo eram terceirizados, conforme dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Casos como esses já acontecem em setores como mineração, confecções e manutenção elétrica.

Terceirização é igual a:

- Subemprego
- Rotatividade
- Jornada excessiva
- Contratações sem carteira
- Más condições gerais de trabalho
- Deterioração das condições de saúde e segurança no trabalho
- Perdas de benefícios

VEJA LISTA DOS DEPUTADOS QUE VOTARAM CONTRA OS TRABALHADORES

Antonio Imbassahy (PSDB)	João Gualberto (PSDB)	José Carlos Aleluia (DEM)	Elmar Nascimento (DEM)	Paulo Azi (DEM)	Lúcio Vieira Lima (PMDB)
Cacá Leão (PP)	Mário Negromonte Jr. (PP)	Roberto Britto (PP)	Ronaldo Carletto (PP)	Erivelton Santana (PSC)	Imão Lazaro (PSC)
Fernando Torres (PSD)	José Carlos Araújo (PSD)	José Nunes (PSD)	Sérgio Brito (PSD)	Antônio Brito (PTB)	Benito Gama (PTB)
José Rocha (PR)	Tia Eron (PRB)	Arthur Oliveira Maia (SD)	Félix Mendonça Jr. (PDT)	ELES VOTARAM A FAVOR DO PL 4330	

Trabalhadores terceirizados em condição análoga à trabalho escravo no Brasil – informações dos dez maiores resgates em cada ano 2010 a 2013

Ano	Nº de casos (envolveram terceirizados)	Terceirizados resgatados	Contratados diretos resgatados	Total de resgatados
2010	9	891	47	938
2011	9	554	368	922
2012	10	947	0	947
2013	8	606	140	746
TOTAL	36	2998	555	3553

Fonte: Dieese/Artigo – Terceirização e os limites da relação de emprego de Vitor Araújo Filgueiras – Auditor Fiscal do Trabalho

Maus empregadores saíram impunes – com a nova lei, ficará mais difícil responsabilizar empregadores que desrespeitam os direitos trabalhistas porque a relação entre a empresa principal e o funcionário terceirizado fica mais distante e difícil de ser comprovada.

Haverá mais facilidades para a corrupção - Casos de corrupção como o do bicheiro Carlos Cachoeira e do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda envolviam a terceirização de serviços públicos. Em diversos casos menores, contratos fraudulentos de terceirização também foram usados para desviar dinheiro do Estado. Para o procurador do trabalho Rafael Gomes, a nova lei libera a corrupção nas terceirizações do setor público. A saúde e a educação pública perdem dinheiro com isso.

Fonte: Dieese e Repórter Brasil